

**PRIMEIRO RELATÓRIO PARCIAL
DA AVALIAÇÃO 2018
CICLO AVALIATIVO 2018 2020**

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES - MISSÃO E ORGANOGRAMA	4
Economia na cidade de Recife	9
Saúde e condições de vida no Estado de Pernambuco.....	10
Educação na cidade de Recife.....	11
Educação Superior	12
3. HISTÓRICO DA MANTENEDORA	14
4. HISTÓRICO DA MANTIDA	14
5. CONCEITOS OBTIDOS PELA FAREC NAS AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS EXTERNAS	20
6. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO	20
6.1 Histórico da Comissão Própria de Avaliação – CPA	21
6.2 Comissão Própria de Avaliação – CPA (2018)	23
6.3 Metodologia do Processo Avaliativo	23
7. RESULTADO DAS PESQUISAS	26
8. CONCLUSÃO	34

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento foi desenvolvido com base nos dados colhidos pela CPA e pelos corpos Técnico- Administrativo e pedagógicos da Faculdade do Recife - FAREC, frente aos parâmetros institucionais, o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, as pesquisas da CPA, os processos avaliativos de Graduação realizados pelos avaliadores externos do INEP no campi da FAREC.

A CPA – Comissão Própria de Avaliação está constituída desde o ano de 2006 e atua em diversos processos avaliativos dos cursos (estrutura física avaliada por discentes, docentes e colaboradores; docentes pelos discentes; coordenadores pelos discentes; avaliação externa; clima organizacional e estrutura), verifica as solicitações da ouvidoria, ações de Conselho Acadêmico da IES e dos colegiados dos cursos. A Comissão está representada atualmente pelos seguintes membros:

Membros CPA

Representante da IES – Igor Fontes Cadena (Coordenador da comissão)

Representante do Corpo Docente – Sabrina Gomes de Lacerda

Representante do Corpo Discente – Márcio Luis da Silva

Representante da Sociedade Civil – Jamerson da Silva Lima

Representante do pessoal Técnico-administrativo – Talita André Raquel

Representante dos Egressos - Fernando Luiz Santos Silva

Com a participação de cada um no processo de coleta de dados, a CPA pode levantar os pontos fortes e fragilizados da instituição e assim, debater coletivamente os rumos que queremos para a IES. Dessa forma, a avaliação institucional é um instrumento da qualidade de ensino e para ter êxito é necessário haver a participação de toda comunidade acadêmica.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES – MISSÃO E ORGANOGRAMA

A FAREC tem como missão investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de atuação. Para alcançar esse objetivo, a Instituição promove a educação superior, integrando o ensino e a extensão, com o intuito de formar sujeitos empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento, a transformação social, cultural, política e econômica do estado e da região.

A estrutura organizacional da Instituição está apoiada em órgãos colegiados, executivos e suplementares. Os órgãos colegiados e executivos organizam-se em dois níveis de decisão:

- Órgãos de Administração Superior: Conselho Acadêmico e Diretoria;
- Órgãos de Administração Acadêmica: Coordenação Pedagógica, Colegiado de Curso, Coordenação de Curso e NDE.

Essa estrutura é auxiliada nas suas atribuições e competências pelos Órgãos Suplementares: Secretaria, Biblioteca, Administração, Tesouraria, Contabilidade e Manutenção. Poderão integrar a estrutura organizacional da FAREC outros órgãos de natureza didático-científica, cultural e técnico-administrativa.

1.1 OBJETIVOS E METAS DA INSTITUIÇÃO

A Faculdade assume posição construtiva em uma sociedade democrática, servindo de instrumento propulsor de transformação social. Nesse sentido, suas metas procuram responder aos anseios e às necessidades da comunidade onde se situa. A IES deve ter o compromisso de colocar o produto de suas atividades de ensino com a extensão ao alcance e serviço dessa comunidade, para dela merecer respeito e reconhecimento. Tem como fim, ainda, garantir a qualidade desse produto, por meio de uma efetiva política de capacitação de pessoal docente e técnico-

administrativo, além de uma ampla participação dos alunos nos diversos aspectos da vida universitária.

A finalidade, disposta na estrutura regimental, destaca como objetivos e finalidades da faculdade:

- Formar profissionais de nível superior, nas diferentes áreas de conhecimento, para participar do desenvolvimento da sociedade brasileira;
- Desenvolver a pesquisa e a iniciação científica, visando colaborar no avanço da ciência e da cultura;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, para difundir as conquistas e benefícios resultantes dos estudos sistematizados e investigações gerados na Instituição;
- Estimular a criação cultural, por meio da promoção de eventos diversificados;
- Desenvolver atividades educativas, culturais, humanistas, técnicas e científicas que beneficiem efetivamente a comunidade onde se insere;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e transmitir o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.

Objetivos Gerais

A FAREC procura desenvolver ações que assegurem:

- A formação ética e humanística do sujeito voltada para a autonomia, cooperação, solidariedade, respeito à diversidade, tolerância e equidade social;
- A sólida formação técnico-científica, que possibilite ao sujeito compreensão e ação críticas do/no mundo em transformação;
- O envolvimento das instâncias superiores de planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades de ensino de Graduação;
- O aprimoramento da faculdade, visando sua qualificação na área educacional;
- A modernização institucional continuada;
- Os mecanismos que harmonizem as relações internas;

- Os meios necessários para a realização da sistemática de avaliação institucional;
- A integração das áreas de ensino e extensão com uma administração comprometida com a educação;
- O estímulo à comunidade acadêmica na busca por capacitação em áreas acadêmicas e técnico-administrativas; e
- Formas alternativas de recursos, intensificando parcerias com organizações nacionais e internacionais.

1.2 CARACTERIZAÇÃO SÓCIOECONÔMICA E INSERÇÃO REGIONAL DA INSTITUIÇÃO

O município de Recife foi fundado em 1537, e é hoje a maior e uma das principais cidades do Brasil. É a principal cidade da Região Metropolitana do Recife composta por 15 municípios (FIGURA 1).

Figura 1. Região Metropolitana do Recife, 2018



Abreu e Lima, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, Goiana, São Lourenço da Mata, Araçoiaba, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Moreno, Itapissuma e Recife. Todos os municípios da RMR fazem parte da Mesorregião Metropolitana do Recife, acrescentando-se a esta a Vila dos Remédios, núcleo urbano do arquipélago de Fernando de Noronha. O forte desenvolvimento da região está promovendo a expansão da RM para os municípios contínuos pertencentes a Zona da Mata Norte e Sul. Essa ampliação forma o colar metropolitano. Embora ainda não tenha sido institucionalizada por lei, o novo colar metropolitano envolve seis municípios: Vitória de Santo Antão, Escada e Sirinhaém (Mata Sul) e Chã de Alegria, Paudalho e Itaquitinga (Mata Norte). Para esse conjunto de municípios estão previstos: duplicação de rodovias, construção de escolas técnicas, de hospitais regionais, de alojamentos e futuros bairros residenciais populares. Levando em consideração o colar metropolitano formado por esses municípios adjacentes entorno da região metropolitana, a população da metrópole chega a 4,385 milhões, superando assim a Região Metropolitana de Porto Alegre e a RIDE do Distrito Federal e Entorno. , tornando-se assim, a 4º maior metrópole do país, atrás apenas das RM's de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte.

Tabela 1. Indicadores demográficos da Região Metropolitana do Recife.

Município	Área (km ²)[1]	Estimativa da população	IDH	PIB	PIB per capita
		(2017)[2]	(2010)[14]	(2014) R\$ mil [15]	(2014) R\$
Abreu e Lima	126,193	99 364	0,679	1 332 105	13 565,09
			médio		
Araçoiaba	96,381	20 268	0,592	114 306	5 838,21
			baixo		
Cabo de Santo Agostinho	448,735	204 653	0,686	8 462 097	42 655,36
			médio		
Camaragibe	51,257	156 361	0,692	1 322 942	8 655,73
			médio		

Goiana	445,81	79 249	0,651	2 223 372	28 400,27
			médio		
Igarassu	305,56	115 398	0,665	2 327 886	20 987,64
			médio		
Ilha de Itamaracá	66,684	25 789	0,653	213 664	8 752,04
			médio		
Ipojuca	527,107	94 533	0,619	7 245 824	80 814,45
			médio		
Itapissuma	74,235	26 338	0,633	1 273 981	49 932,63
			médio		
Jaboatão dos Guararapes	258,694	695 956	0,717	13 217 350	19 410,36
			alto		
Moreno	196,072	62 119	0,652	560 996	9 282,63
			médio		
Olinda	41,681	390 771	0,735	5 327 121	13 700,70
			alto		
Paulista	97,312	328 353	0,732	4 083 576	12 770,39
			alto		
Recife	218,435	1 633 697	0,772	50 688 395	31 513,07
			alto		
São Lourenço da Mata	262,106	112 099	0,653	906 726	8 295,91
			médio		
RMR	3 216,262	4 044 948	0,734	99 300 341	25 040,76
			alto		

Recife é a metrópole mais rica do Norte-Nordeste em PIB PPC, é a sexta mais rica do Brasil, após as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Curitiba. É ainda a oitava região metropolitana mais rica do Brasil em PIB nominal, e a mais rica do Norte-Nordeste.

Boa parte da economia da região vem da prestação de serviços, que concentrou 54,7% do PIB em 2008, embora a atividade industrial também esteja em patamar de destaque, sendo responsável por 40,5% do PIB do Grande Recife. Já as atividades primárias, que incluem a agricultura, foram responsáveis por 5,8% da economia da região. O Grande Recife é responsável por cerca de 65% do PIB de Pernambuco.

Trabalho e rendimento na cidade do Recife

Em 2016, o salário médio mensal em Recife era de 3.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 44.8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 2 de 185 e 3 de 185, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 135 de 5570 e 93 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 38.1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 180 de 185 dentre as cidades do estado e na posição 2991 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Economia na cidade de Recife

A economia do Recife é a 3ª maior do Norte-Nordeste, depois de Salvador e Fortaleza, segundo pesquisa do IBGE/2010. Nos últimos sete anos o município contou com um incremento de R\$ 17 bilhões em termos reais no Produto Interno Bruto (PIB), passando de R\$ 13,10 bilhões, em 2003, para R\$ 30,03 bilhões, em 2010. Esse crescimento acompanhou o movimento do PIB da Região Metropolitana do Recife.

(RMR), que chegou a R\$ 61,4 bilhões, em 2010, e de Pernambuco, com R\$ 95,1 bilhões no mesmo ano.

O PIB per capita do Recife é o que mais se destaca dentre as capitais do Norte-Nordeste. O valor também supera a média dos estados que integram as duas regiões brasileiras citadas. Em 2010, a população do Recife alcançou 1,53 milhões de habitantes, resultado de um crescimento modesto nestes últimos anos. A taxa de crescimento populacional entre os anos 2000 e 2010 foi de 8,07%, valor inferior aos percentuais da Região Metropolitana (10,59%) e de Pernambuco (11,09%)

Saúde e condições de vida no Estado de Pernambuco.

O estado de Pernambuco está localizado na Região Nordeste do Brasil e possui extensão territorial de 98.146,315 km², com 184 municípios e o distrito estadual de Fernando de Noronha. Há 12 Regiões de Saúde distribuídas por 4 Macrorregiões no estado. As regiões constituem-se geograficamente de municípios limítrofes com identidade cultural, econômica e social semelhantes, compartilhando redes de comunicação e de transportes, cuja finalidade, é integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde. As Macrorregiões de Saúde são organizações territoriais compostas por Regiões de Saúde com o objetivo de ofertar ações e serviços de saúde de média especial e de alta complexidade, cujos procedimentos ou ações requerem maior tecnologia e perpassam a capacidade de apenas uma região.

Ao longo dos últimos anos, observam-se importantes mudanças sociodemográficas em Pernambuco, como a urbanização, o envelhecimento populacional e o aumento na expectativa de vida, sobretudo na população feminina. Cresceu o nível de escolaridade das pessoas com 11 anos e mais de estudo e também dos indivíduos com 15 anos e mais de idade, o que fez reduzir a taxa de analfabetismo. A desigualdade social diminuiu, atingindo o índice de Gini um patamar menor que o da Região Nordeste e do Brasil. Por outro lado, no tocante às características ambientais, persistem desafios para a ampliação do esgotamento sanitário e do acesso à água potável. Houve um aumento de 2,2 vezes na frota veicular, o que impõe novos desafios à implementação de políticas públicas para a mobilidade urbana e a segurança no trânsito, já que os veículos automotores estão entre os principais agentes de contaminação do ar, contribuindo para o aumento das doenças respiratórias e mais recentemente para a elevação dos acidentes de transporte terrestre, já considerada uma epidemia.

O número de consultas de pré-natal foi ampliado entre as gestantes, mas cresceu também a taxa de cesariana no estado, seguindo a tendência nacional de uma cultura de cesáreas. As taxas de incidência e de letalidade das meningites caíram e desde 2006 não há nenhum registro de cólera. No que concerne à carga de adoecimento da população pernambucana, destacam-se a hanseníase, que

permanece hiperendêmica em menores de 15 anos e a tuberculose com elevadas taxas de incidência e de mortalidade. As doenças sexualmente transmissíveis como a aids, as hepatites virais B e C e a sífilis, especialmente a sífilis congênita, ainda despontam como doenças de importante magnitude no estado. E cresceu o número de notificações de surtos das doenças transmitidas por alimentos e da mortalidade por arboviroses a partir de 2010. Dentre as doenças e agravos não transmissíveis, as doenças do aparelho circulatório foram responsáveis pelas maiores taxas de internação dos residentes pernambucanos. As neoplasias apresentaram um expressivo aumento nos últimos dez anos, enquanto a diabetes mellitus sofreu queda. Entre as doenças e agravos relacionados ao trabalho, predominaram os acidentes com exposição a material biológico entre os profissionais de saúde e as intoxicações causadas por medicamentos em estudantes. Dentre as principais causas básicas de óbito, destacaram-se as doenças do aparelho circulatório e as neoplasias, sobretudo em indivíduos com 60 anos e mais, o que reflete o envelhecimento da população, levando a um maior tempo de exposição aos fatores de risco. A mortalidade infantil e materna, eventos indesejáveis e em sua maioria evitáveis, sofreram redução e também os óbitos com causas mal definidas, indicando melhorias no acesso e na assistência e da informação sobre mortalidade. Por fim, espera-se que as informações aqui apresentadas forneçam subsídios para a reflexão sobre as políticas públicas implantadas e as melhorias indispensáveis para responder adequadamente às necessidades de saúde da população.

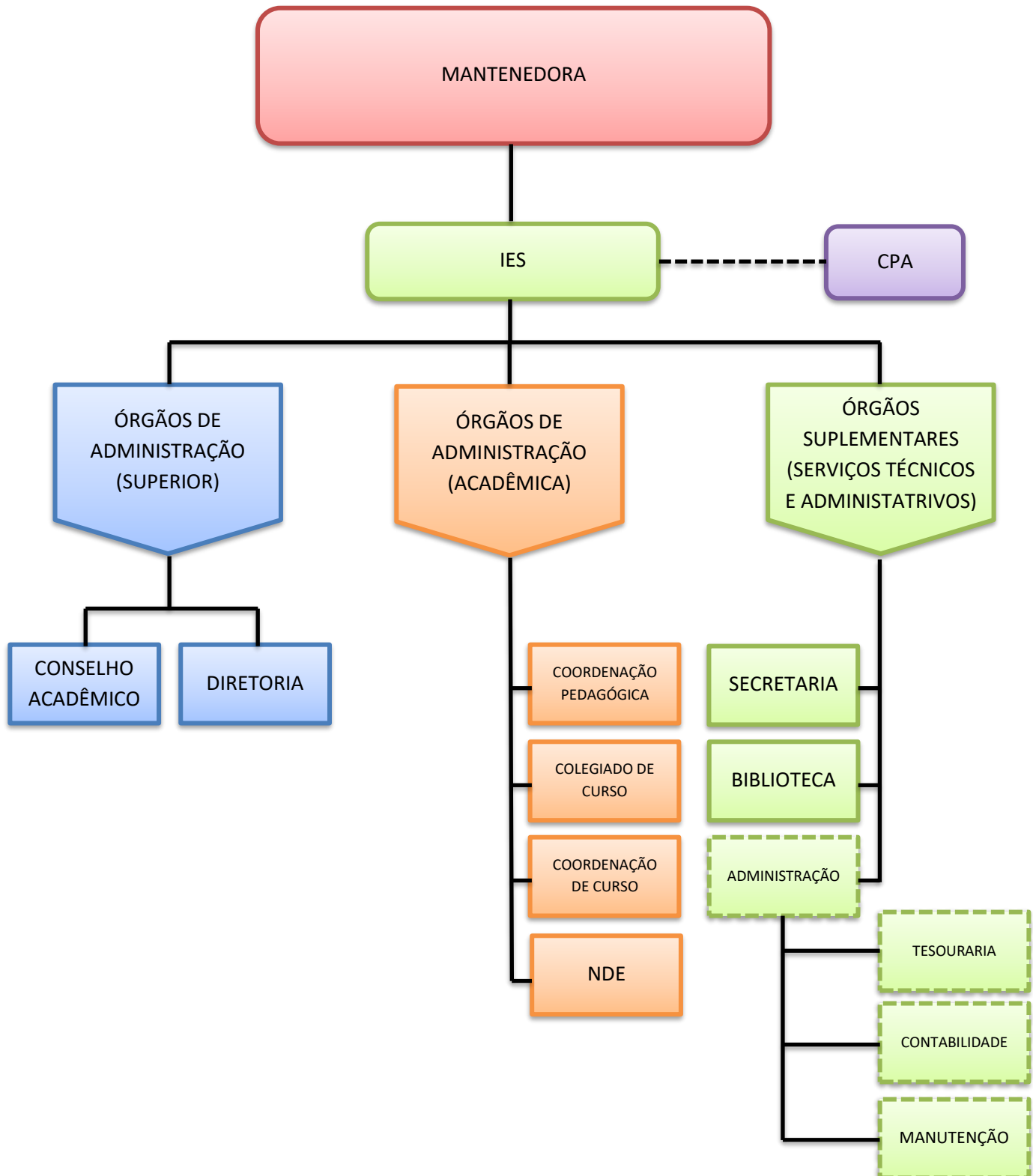
Educação na cidade de Recife

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4.6 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.9. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 87 de 185. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 67 de 185. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97.1 em 2010. Isso posicionava o município na posição 66 de 185 dentre as cidades do estado e na posição 3514 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Educação Superior

Especificamente, o retrato da região Nordeste através do Censo de 2012 mostra que essa região possui 444 instituições (INEP/MEC, 2014) e que, em especial, é caracterizada pela trajetória histórica de crescimento marcante desde 2001, quando possuía 211 IES. Atualmente, são 5.544 cursos de graduação em oferta e 1.297.200 matrículas na educação presencial e na educação à distância (EAD). Mais uma vez, destacamos um grande crescimento no setor privado, que possui 379 escolas, ou seja, 85% do número total. Quando consideramos o Estado de Pernambuco designadamente, território de interesse neste estudo, temos 96 IES, dessas 73 (setenta e três) no setor privado, de oferta presencial, conforme o cadastro nacional de instituições e cursos no sistema eletrônico do Ministério da Educação, E-MEC. Somem-se a isto os dados da economia local indicam a necessidade de uma maior e melhor capacitação de mão de obra para a sustentabilidade do desenvolvimento regional e, o investimento em educação superior parece ser a alternativa coerente com esses propósitos e isso nos leva a crer que existe muito espaço para o crescimento da educação superior privada.

Organograma da Instituição, a seguir:



3. HISTÓRICO DAMANTENEDORA

A Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo – ASSUPERO, pessoa jurídica de direito privado com sede na Avenida Paulista, nº 900, 1º andar, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, com Estatuto registrado e protocolado em microfilme no Quarto Cartório de Títulos e Documentos de São Paulo, em 04/02/2004, sob o nº 477.740, cadastrada no CNPJ sob o nº 06.099.229/0001-01, era uma entidade mantenedora sem fins lucrativos até o ano de 2017. A partir de janeiro de 2018, foi aprovada a transformação do tipo jurídico da ASSUPERO de associação sem fins lucrativos para Sociedade Simples Limitada sob a denominação de ASSUPERO ENSINO SUPERIOR S/S LTDA., cuja ata encontra-se registrada no 4º Registro de Pessoas Jurídicas da Capital sob nº 669752, de 22 de janeiro de 2018, com manutenção do mesmo CNPJ nº 06.099.229/0001-01. Em 06 de julho de 2018, após registro na JUCESP, sob NIRE nº 3523113603- 9, ocorreu à transformação do tipo societário para ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA., permanecendo o mesmo CNPJ nº 06.099.229/0001-01. Com a transformação, a ASSUPERO passou à categoria administrativa de mantenedora com fins lucrativos. A SERES/MEC já efetuou a alteração no cadastro do sistema e-MEC.

4. HISTÓRICO DA MANTIDA

O Instituto Pernambuco de Ensino e Cultura – IPEC, ora denominado Faculdade do Recife – FAREC, conforme Portaria SESu/MEC nº 738, publicada no DOU em 18/06/10, com endereços de funcionamento situados na Rua Dom Bosco, - 11 - 1.367, Bairro Boa Vista, na Rua Carlos Porto Carreiro, 86, Bairro Boa Vista, na Rua São Miguel, 176, Bairro Afogados, e na Rua Joaquim Nabuco, 237, Bairro Graças, em Recife, Estado de Pernambuco, foi credenciado por meio da Portaria nº 3.708, publicada no DOU em 23/12/02, e oferece os seguintes cursos:

Unidade I - Rua Dom Bosco, 1.367, Bairro Boa Vista: Enfermagem, reconhecido pela Portaria nº 59, publicada no DOU em 05/02/18; Fisioterapia, reconhecido pela Portaria nº 933, publicada no DOU em 01/12/15; Serviço Social,

reconhecido pela Portaria nº 16, publicada no DOU em 29/01/16. Unidade II - Rua Carlos Porto Carreiro, 86, Bairro Boa Vista: Direito, reconhecido pela Portaria nº 268, publicada no DOU em 20/07/11. Unidade III - Rua São Miguel, 176, Bairro Afogados: Administração e Ciências Contábeis, reconhecidos pela Portaria nº 704, publicada no DOU em 18/02/13; Arquitetura e Urbanismo, autorizado pela Portaria nº 311, publicada no DOU em 18/07/16; Ciência da Computação, reconhecido pela Portaria nº 306, publicada no DOU em 31/12/12; Comunicação Social, autorizado pela Portaria nº 3.712, publicada no DOU em 23/12/02; Educação Física (bacharelado), autorizado pela Portaria nº 17, publicada no DOU em 24/01/13; Educação Física (licenciatura), autorizado pela Portaria nº 1.687, publicada no DOU em 25/11/09; Engenharia Civil, autorizado pela Portaria nº 246, publicada no DOU em 03/06/13; Engenharia de Produção, autorizado pela Portaria nº 120, publicada no DOU em 18/03/13; Pedagogia, autorizado pela Portaria nº 942, publicada no DOU em 23/11/06; Turismo, autorizado pela Portaria nº 3.710, publicada no DOU em 23/12/02. Também é oferecido o Curso Superior de Tecnologia em Logística, autorizado pela Portaria nº 17, publicada no DOU em 24/01/13. Unidade IV (Auxiliadora Graças) - Rua Joaquim Nabuco, 237, Bairro Graças: Administração, autorizado pela Portaria nº 704, publicada no DOU em 18/02/13. Também são oferecidos Cursos Superiores de Tecnologia em Comércio Exterior, autorizado pela Portaria nº 199, publicada no DOU em 22/07/09; Gestão Comercial, autorizado pela Portaria nº 202, publicada no DOU em 22/07/09; Gestão de Recursos Humanos, reconhecido pela Portaria nº 704, publicada no DOU em 19/12/13; Gestão de Turismo, autorizado pela Portaria nº 411, publicada no DOU em 15/06/07; Gestão Hospitalar, autorizado pela Portaria nº 303, publicada no DOU em 19/04/07; Marketing, autorizado pela Portaria nº 201, publicada no DOU de 22/07/09; Processos Gerenciais, reconhecido pela Portaria nº 133, publicada no DOU em 30/07/12. Os pedidos de reconhecimento dos cursos de graduação em Educação Física (licenciatura), Engenharia Civil e Pedagogia encontram-se em tramitação junto a SERES/MEC. O pedido de autorização do Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho encontra-se também em tramitação junto às SERES/MEC. A mudança de endereço do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo para a Rua Dom Bosco, 1.367, Bairro Boa Vista, foi

informada a SERES/MEC em 06/06/18, conforme Art. 45, Inciso I, da Portaria Normativa nº 23, publicada no DOU em 22/12/17.

A mudança de endereço do Curso Superior de Tecnologia em Logística para a Rua Dom Bosco, 1.367, Bairro Boa Vista, foi informada a SERES/MEC em 08/11/18, conforme Art. 45, Inciso I, da Portaria Normativa nº 23, publicada no DOU em 22/12/17.

Autorização e Reconhecimento de Cursos:

Ato Legal				
Cursos Autorizados	Autorização	Reconhecimento	Renovação	Vagas
Administração	Portaria 3709 – 20/12/2002 DOU 23/12/2002	Portaria 436 – 22/05/2007 DOU 23/05/2007	Renovação Portaria 65 – 15/02/2013 DOU 18/02/2013 Portaria 704 – 18/12/2013 DOU 19/12/2013 Solicitado em 28/04/2017 De ofício	250
Arquitetura e Urbanismo	Portaria 311 – 15/07/2016 DOU 18/07/2016			100
Ciência da Computação	Portaria 961 – 24/11/2006 DOU 27/11/2006	Portaria 306 – 27/12/2012 DOU 31/12/2012	De Ofício e-MEC Solicitado em 26/10/2016 Cancelado 02/12/2016 (Justificado)	100

Ciências Contábeis	Portaria 3711- 20/12/2002 DOU 23/12/2002	Portaria 133 – 27/07/2012 DOU 30/07/2012	Portaria 704 – 18/12/2013 DOU 19/12/2013 De ofício Solicitado em 31/08/2017	100
Comunicação Social	Portaria 3712- 20/12/2002 DOU 23/12/2002			100
Direito	Portaria 2.169 – 22/07/2004 DOU 23/07/2004	Portaria 268 – 19/07/2011 DOU 20/07/2011	Portaria 539 – 23/09/2016 DOU 26/09/2016 Portaria 268 – 03/04/2017 DOU 04/04/2017 Sem visita in loco	100
Educação Física – Bacharelado	Portaria 17 – 23/01/2013 DOU 24/01/2013			100
Educação Física – Licenciatura	Portaria 1.687 – 24/11/2009 DOU 25/11/2009			100
Enfermagem	Portaria 1.687 – 24/11/2009 DOU 25/11/2009	Port. 433 – 30/07/2014 DOU 01/08/2014 Solicitado em 15/04/2013	Solicitado em 15/12/2014 Protocolo de Compromisso	100
Engenharia Civil	Portaria 246 – 31/05/2013	Solicitado em 12/09/2017		100

	DOU 03/06/2013			
Engenharia de Produção	Portaria 120 – 15/03/2013 DOU 18/03/2013			100
Fisioterapia	Portaria 968 – 24/11/2006 DOU 27/11/2006	Portaria 933 – 01/12/2015 DOU 02/12/2015		100
Pedagogia – Licenciatura	Portaria 942 – 22/11/2006 DOU 23/11/2006			200
Serviço Social		Portaria 16 – 27/01/2016 DOU 29/01/2016		100
Turismo	Portaria 3710- 20/12/2002 DOU 23/12/2002			100
Comércio Exterior	Portaria 199 – 20/07/2009 DOU 22/07/2009 Retificada em 20/08/2009			100
CST Logística	Portaria 17 – 23/01/2013 DOU 24/01/2013			100
Gestão Comercial	Portaria 202 – 20/07/2009 DOU 22/07/2009 Retificada em 20/08/2009			100
Gestão de Turismo	Portaria 411 – 08/06/2007 DOU 15/06/2007			100
Gestão em	Portaria 200 –	Portaria 298 –	Portaria 704 -	100

Recursos Humanos	20/07/2009 DOU 22/07/2009 Retificada em 20/08/2009	09/07/2013 DOU 10/07/2013	18/12/2013 DOU 19/12/2013	
Gestão Hospitalar	Portaria 303 – 17/04/2007 DOU 19/04/2007			100
Marketing	Portaria 201 – 20/07/2009 DOU 22/07/2009 Retificada em 20/08/2009			100
Processos Gerenciais	Portaria 303- 17/04/2007 DOU 19/04/2007	Portaria 133 – 27/07/2012 DOU 30/07/2012	Solicitado em 26/08/2014	100

CURSO EM TRAMITAÇÃO

Curso	Situação	Vagas
CST em Segurança no Trabalho	Solicitado em 05/04/2018	100

A FAREC procura demonstrar grande capacidade de adaptação às mudanças do mercado de trabalho de Recife, buscando, no menor tempo possível, para que se respeitem os padrões de qualidade estabelecidos, tanto pelas diretrizes e objetivos da Instituição, quanto pelos órgãos públicos competentes, cursos relevantes para o atendimento das demandas de médio e longo prazo do mercado de trabalho da região. Com a abertura de cursos tecnológicos, a faculdade passa a abranger também as demandas de curto prazo, oferecendo formação superior de qualidade por meio de cursos que duram, em média, dois anos, possibilitando ao profissional pronto acompanhamento das tendências mais significativas nas empresas dos mais variados segmentos e portes. No período de vigência deste PDI, qual seja, o quinquênio 2018-2022, está prevista primeiramente a implantação de cursos que visam a um melhor

aproveitamento da capacidade já instaurada da IES, conforme dispostos na tabela abaixo:

Cursos Solicitados

ANOS	CURSOS	N.º de VAGAS	PERÍODO
2019	Psicologia	100	Noturno
2020	Nutrição	100	
2021	Farmácia	100	
2022	CST em Estética e Cosmética	100	

5. CONCEITOS OBTIDOS PELA FAREC NAS AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS EXTERNAS

Curso	Enade 2015	CPC	CC
Fisioterapia	3	3	3
Enfermagem	2	3	3

6. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação- CPA, daFAREC, mantida pela ASSUPERO, nos termos da Portaria nº 01, de 11 de junho de 2004, em conformidade com o estabelecido pelo art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Portaria/MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004.

A proposta implantada e seguida pela CPA desta IES parte da premissa de contemplar um rol de medidas segundo as leis do SINAES. Dessa forma, a proposta implantada e seguida pela CPA desta IES parte dos seguintes pressupostos:

a - a avaliação é uma leitura orientada da realidade, segundo critérios pré-estabelecidos, de acordo com nossos padrões de qualidade; e

b - a finalidade última da avaliação não é classificar nem selecionar e excluir. Seus resultados devem ser analisados a fim de que sejam propostos caminhos, metas, estratégias que vão ao encontro das intenções educativas e responsabilidades sociais da IES. A pressuposição para essa auto-avaliação se justifica e se transforma em uma necessidade por ser um direito da população, distinguindo-se, assim, da proposição de um estado avaliador.

1.3 Histórico da Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Constituição da primeira CPA foi em junho de 2006. Encaminhamento ao INEP pela IES a proposta de auto avaliação em março de 2005. Devolução pelo INEP da análise (parecer) sobre a proposta de auto avaliação das IES. 2005-2006 realização das etapas de sensibilização e desenvolvimento do processo avaliativo.

Dezembro de 2005, envio do relatório final de auto avaliação. Abril de 2006 envio do relatório de Consolidação da auto avaliação institucional, ou avaliação interna. Neste ano a avaliação foi feita de maneira experimental, enfrentando muitas dificuldades em função da novidade.

Em abril de 2008 o SINAES recomenda a continuidade do processo de auto avaliação institucional, iniciada em 2004. Ainda em abril o INEP estabelece que até 30 de novembro as IES depositassem o relatório de auto avaliação do período de setembro 2006-setembro 2008 e assim foi feito. Alguns avanços foram verificados a partir dessa avaliação, mudanças Institucionais foram implementadas no ano seguinte.

Em fevereiro de 2009 o INEP recomenda que até o dia 30 de março de cada ano as IES devem depositar no E-MEC seus relatórios de avaliação interna e assim foi feito. Esta avaliação foi mais profunda e “profissional”, gerando um rico relatório. Este relatório serviu de base para argumentar junto à Direção a respeito das melhorias sugeridas neste. Verificou-se a necessidade de aumentar a divulgação da CPA e seus resultados.

Em 2010 a CPA atingiu um número maior de contribuições e conseguiu tornar-se mais conhecida no ambiente acadêmico. Verificou -se a necessidade de aumentar o envolvimento com a comunidade, o que foi plenamente atendido em 2011. Verificou -se, ainda, a necessidade de simplificar o processo de pesquisa e

tabulação dos dados, a fim de estimular a participação dos componentes da Comissão.

Em 2011 a CPA atingiu seu maior grau de maturidade tendo adotado os questionários eletrônicos simplificando a obtenção e tabulação dos dados. As questões

dos formulários foram reformuladas a fim de serem mais compreendidas pelos públicos a que se destinam. Verificou-se a necessidade de ampliar a divulgação dos resultados obtidos através da CPA.

Em 2012 a CPA manteve sua avaliação de forma eletrônica com uma adesão maior das pessoas. As questões dos formulários foram reformuladas dando uma maior ênfase aos aspectos relacionados à estrutura física, devido à mudança de campus. A divulgação da CPA se solidificou e as pessoas demonstram uma maior compreensão sobre o assunto.

Em 2013 a CPA teve adesão um pouco menor do que em 2012. Houve uma grande ausência de respostas por parte do curso de direito. A questão da estrutura física deixou de ter ênfase e aspectos pedagógicos ganharam relevância. A implementação de soluções advindas da CPA de 2012 foi relevante e muitas das fragilidades apontadas na avaliação anterior já não estiveram presentes nesta.

Em 2014 a CPA passou por grande reformulação motivada pela recomendação do MEC onde as 10 dimensões avaliativas foram reorganizadas em 5 eixos. Desta maneira, todos os questionários e o próprio relatório foram refeitos a fim de satisfazer a recomendação. No âmbito do relatório foi implementado quadro comparativo das potencialidades e fraquezas apontadas nas avaliações externas.

Em 2015 viu-se a necessidade de aplicar os questionários de forma on-line, visto que a plataforma onde o aluno e os professores acessam daria uma maior agilidade na consolidação dos resultados das pesquisas.

Em 2016 a CPA conseguiu implementar os questionários de forma "ON-LINE", porém verificou-se a necessidade de uma maior sensibilização nas respostas dos mesmos e ajustes no sistema.

Em 2017 a CPA conseguiu efetivamente fazer os questionários para discentes e docentes no sistema "on line" e observou-se uma maior adesão na hora de responder, mas ainda não alcançou o objetivo almejado.

1.4 Comissão Própria de Avaliação – CPA (2018)

Em 2018 foi realizada nova pesquisa foi cadastrada no sistema on-line e percebeu-se que o número de respostas aos questionários da Comunidade Acadêmica teve uma adesão de 60%, o que deixou a Comissão bastante satisfeita com o resultado obtido.

1.5 Metodologia do Processo Avaliativo

Em consonância com os pressupostos e justificativas apresentados, o processo avaliativo desta IES fundamentou-se nos seguintes princípios:

- a - Globalidade;
- b - Comparabilidade;
- c - Respeito à identidade institucional;
- d - Não premiação ou punição;
- e - Adesão voluntária;
- f - Legitimidade;
- g - Continuidade

O princípio da globalidade destaca a importância da avaliação da Instituição não apenas em uma de suas atividades, mas que seja objeto de permanente avaliação as atividades acadêmicas e administrativas, incluindo todos os enfoques presentes na educação superior.

O princípio da comparabilidade recomenda o completo entendimento dos termos adotados na Avaliação Institucional, devendo ser os mesmos validados em processos semelhantes em outras IES.

O princípio da identidade institucional é o respeito pelas características específicas das instituições.

O princípio da não premiação ou punição fundamenta-se no pressuposto de que o processo de avaliação não deve estar vinculado a mecanismos de punição ou premiação. Avaliar é um processo contínuo e sistemático que serve para firmar valores. A intenção, ao tratar da afirmação de valores, é mostrar que há na avaliação uma função educativa que, em muito, sobrepuja o mérito à questão do punir ou do premiar. É essa função educativa que conduz ao processo de instalação da cultura da avaliação – processo que existe em uma dada realidade, em um contexto cultural que o antecede e o qual se pretende melhorar sempre.

A adesão voluntária ao processo de Avaliação Institucional é o princípio de que o referido processo só logra êxito se for coletivamente construído e se puder contar com a participação dos seus membros, nos procedimentos e na utilização dos resultados, expressando, assim, a vontade política da IES.

A legitimidade do processo de avaliação só será garantida pelo gerenciamento técnico adequado.

A continuidade é que permite a comparabilidade dos dados de um determinado momento a outro, revelando o grau de eficácia das medidas adotadas a partir dos resultados obtidos.

Objetivos que se pretende atingir:	
Objetivos Gerais	Objetivos Específicos
<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional, e; - Privilegiar o conceito da auto avaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos 	<ul style="list-style-type: none"> - Gerar conhecimento para a tomada de decisão dos dirigentes da instituição em relação à melhoria contínua de qualidade dos serviços de educação superior ofertados; - Pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades as cumpridas pela instituição; - Identificar as potencialidades da instituição e as possíveis causas dos seus problemas e pontos fracos; - Aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo; - Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais; - Tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade; - Julgar acerca da relevância científica e social

para sua realização.	de suas atividades e produtos; - Prestar contas à sociedade sobre os serviços desenvolvidos.
----------------------	---

Somando esses objetivos às considerações do documento Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições, da CONAES, a CPA desta Instituição implantou as seguintes fases avaliativas:

- a - Sensibilização;
- b - Elaboração e aplicação dos instrumentos de avaliação;
- c - Tabulação dos instrumentos propostos (relatório dos dados obtidos); e
- d - Divulgação.

Em 2014 a CPA passou por grande reformulação e as 10 dimensões avaliativas foram reorganizadas em 5 eixos que a seguir no quadro abaixo.

6 Eixos abrangendo as 10 dimensões do SINAES:

EIXO 1: Planejamento e Avaliação Institucional	EIXO 2: Desenvolvimento Institucional	EIXO 3: Políticas Acadêmicas	EIXO 4: Políticas de Gestão	EIXO 5: Infraestrutura Física
Considera as dimensões: (8) Planejamento e Avaliação; Relato Institucional descrevendo os principais elementos do processo interno e externo de avaliação em relação ao PDI; Inclui os Relatórios da CPA, do período que constitui o objeto da avaliação	Contempla as dimensões: (1) Missão e PDI (3) Responsabilidade Social	Abrange as dimensões: (2) Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão; (4) Comunicação com a sociedade; (9) (Políticas de Atendimento aos Discentes)	Compreende as dimensões: (5) Políticas de Pessoal; (6) Organização e Gestão da Instituição; (10) Sustentabilidade Financeira	Contempla as dimensões: (7) Infraestrutura Física

Metodologia da Coleta de Dados

A metodologia seguida para o desenvolvimento da Auto avaliação Institucional é de caráter científico, sendo as abordagens, de pesquisa quantitativa e qualitativa, coletadas por meio de uma série de instrumentos, tais como: questionários on line, cartazes e panfletos informativos.

Para a coleta dos dados são utilizados recursos tecnológicos usando o formulário eletrônico, visando assim proporcionar maior confiabilidade e agilidade na coleta e na apuração dos dados. Além dos questionários, usamos os relatórios das avaliações externas, formulário de atendimento da Secretaria, Ouvidoria e avaliação docente.

7. RESULTADO DAS PESQUISAS

QUESTÕES - ALUNOS	CONCORDA	DISCORDA
1. Você tem conhecimento da existência e funcionamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA, responsável pela avaliação interna de IES?	73,36%	26,6%
2. A Comissão Própria de Avaliação - CPA realiza no período de sensibilização a explicação aos discentes de suas funções com material explicativo?	70,6%	29,4%
3. Os relatórios da Comissão Própria de Avaliação - CPA são disponibilizados no site da IES de forma clara?	72,5%	27,5%
4. Os resultados da Comissão Própria de Avaliação são divulgados nas dependências (material impresso e folder) e no site da IES de forma objetiva?	67,6%	32,4%
5. Você atribui as melhorias da estrutura física e dos cursos ao trabalho conjunto da CPA e dirigentes da IES?	70,4%	29,6%
6. Os alunos conhecem a Missão da IES, principalmente, porque ela se articula às atividades de ensino, pesquisa e extensão?	52,2%	47,8
7. O curso atende de forma satisfatória àquilo que você esperava quando ingressou na IES?	58,7	41,3
8. O curso desenvolve ações, que contribuem para a promoção da atenção a setores sociais e da cidadania na região na qual está inserido?	60%	40%
9. A Instituição realiza eventos (extracurriculares) que promovem ainda mais o desenvolvimento da formação profissional?	78%	22%
10. Os meios e canais de comunicação que são utilizados permitem o conhecimento das diversas atividades de ensino e extensão desenvolvidas pela Instituição de Ensino para a comunidade acadêmica (interna e externa)?	76%	24%
11. Os meios e canais de comunicação (Site, Facebook, Instagram e quadros de aviso), que são utilizados atendem de forma satisfatória a comunicação com a comunidade acadêmica?	72%	28%
12. A IES realiza trabalho de marketing (outdoor, panfletagem, visitas técnicas) e o site institucional para atender de forma satisfatória a comunicação com a sociedade?	74%	26%
13. A Faculdade oferece e/ou estimula seu aluno a participar de atividades de extensão (cursos, palestras, conferências, atividades no EAJ, Clínica Escola etc) de maneira adequada?	67%	33%
14.. Os meios e canais de comunicação (Considere os e-mails das coordenações, cartazes, banners, redes sociais e site institucional como sendo exemplos de canais de comunicação), que são utilizados atendem de forma satisfatória a comunicação com a comunidade docente?	75%	25%
15. A IES realiza trabalho de marketing (outdoor, panfletagem, visitas técnicas) e o site institucional para atender de forma satisfatória a comunicação com a sociedade?	63%	37%
16. O coordenador do curso é presente, ativo e conduz adequadamente as relações com os alunos?	76%	24%
17. Os professores, em relação ao conjunto de tópicos ministrados, demonstram possuir domínio do assunto?	77,5%	22,5%
18. Os conteúdos das disciplinas são coerentes e mantém uma atualização pertinente à área de atuação e ao mercado de trabalho	73%	27%
19. Os professores solicitam muitos trabalhos/exercícios (em classe e extraclasse), os quais são coerentes com as matérias ministradas?	53,2%	47,8%
20. As técnicas de ensino adotadas pelos professores tornam as aulas atraentes e dinâmicas?	75%	25%
21. A IES proporciona condições de acessibilidade (rampas, banheiros adaptados, piso tátil e sinalização em Braille), e estacionamento demarcado para o Portador de Necessidades Especiais?	70,3%	28,7%

22. Os laboratórios utilizados no curso atendem às necessidades pedagógicas das disciplinas?	73,5%	26,5%
23. A Biblioteca da IES atende de maneira satisfatória as necessidades e proporcionam qualidade aos discentes dos cursos?	68%	32%
24. Os serviços da Biblioteca permitem atendimento adequado às necessidades dos usuários?	71,3%	28,7%
25. A estrutura de atendimento ao aluno para informações, orientações e solicitação de documento é satisfatória?	73,8%	26,2%

QUESTÕES – PROFESSORES	CONCORDA	DISCORDA
1. Você tem conhecimento da existência e funcionamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA, responsável pela avaliação interna de IES?	100%	0%
2. A Comissão Própria de Avaliação - CPA realiza no período de sensibilização a explicação aos discentes de suas funções com material explicativo?	91,4%	8,6%
3. Os relatórios da Comissão Própria de Avaliação - CPA são disponibilizados no site da IES de forma clara?	97%	3%
4. Os resultados da Comissão Própria de Avaliação são divulgados nas dependências (material impresso e folder) e no site da IES de forma objetiva?	97,1%	2,9%
5. As fragilidades detectadas em CPAs anteriores e relatadas nos relatórios foram resolvidas e/ou melhoradas?	94,2%	5,8%
6. Os Docentes conhecem a Missão da IES, principalmente, porque ela se articula às atividades de ensino, pesquisa e extensão?	94,2%	5,8%
7. O curso que você leciona desenvolve ações, que contribuem para a promoção da atenção a setores sociais e da cidadania na região na qual está inserido?	91,1%	2,9%
8. A Instituição e o curso que você leciona realizam eventos (extracurriculares) que promovem o desenvolvimento da formação profissional do egresso do seu curso?	94,2%	5,8%
9. As atividades práticas e de extensão realizadas pela IES, como Clínica Escola, NPJ e outras atividades que os cursos realizam contribuem para a melhoria de vida da comunidade local?	88,4%	11,6%
10. Os meios e canais de comunicação (e-mails das coordenações, cartazes, banners, redes sociais e site institucional), que são utilizados atendem de forma satisfatória a comunicação com a comunidade docente?	100%	0%
11. A IES realiza trabalho de marketing (outdoor, panfletagem, visitas técnicas) e o site institucional que atenda de forma satisfatória a comunicação com a sociedade?	94,2%	5,8%
12. A imagem que a IES passa para você é positiva?	97,1%	2,9%
13. A organização didático-pedagógica da IES facilita seu trabalho enquanto docente?	100%	0%
14. O (a) coordenador (a) do curso que você leciona é presente, ativo e conduz adequadamente as relações com a comunidade docente?	100%	0%
15. O (a) coordenador (a) do seu curso é acessível e procura atender às suas necessidades e tirar suas dúvidas dentro do possível?	100%	0%
16. Os conteúdos das disciplinas são coerentes e mantém uma atualização pertinente à área de atuação e ao mercado de trabalho?	100%	0%
17. Os recursos humanos disponibilizados para lhe atender são suficientes?	97,1%	2,9%
18. Você acha que a IES promove uma Política institucional de acompanhamento dos egressos?	97%	3%
19. Você considera que os meios de comunicação que a IES utiliza (Intagran, Facebook, material impresso, folder, redes sociais e site institucional) atendem as necessidades da Comunidade Externa?	88,5%	11,5%
20. Você considera que os meios de comunicação que a IES utiliza (Intagran, Facebook, material impresso, folder, redes sociais e site institucional) atendem as necessidades da Comunidade Interna?	91,5%	8,5%
21. A IES proporciona condições de acessibilidade (rampas, banheiros adaptados, piso tátil e sinalização em Braille e estacionamento demarcado) para o Portador de Necessidades Especiais?	94,4%	5,6%

22. Os laboratórios utilizados nos cursos atendem às necessidades pedagógicas das disciplinas?	94,4%	5,6%
23. Os Laboratórios Específicos do seu curso são amplos, arejados, bem iluminados e apresentam mobiliários e equipamentos adequados?	91,8%	8,2%
24. A Sala dos Professores é ampla, arejada, bem iluminada e apresenta mobiliário e equipamentos adequados?	91,6%	8,4%
25. A Biblioteca oferece atendimento adequado às necessidades dos usuários?	73,6%	26,4%

Foram realizados os questionários e sua tabulação encontra-se no final desse documento

Com isso, podemos afirmar quais ações deveremos realizar e/ou melhorar para o ano 2019

Avaliação do EIXO 1

Planejamento e Avaliação Institucional - Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional. Fato(s) a destacar: A divulgação melhorou bastante no período e também o número de respostas aos questionários pela Comunidade acadêmica, mas ainda cabe esclarecer para os alunos O QUE É A CPA e QUAIS FORAM OS RESULTADOS obtidos pela comissão.	
FRAGILIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Falta cultura e interesse na auto avaliação. - Discentes ainda precisam de bastante estímulo para responder ao processo de auto-avaliação.
POTENCIALIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Consolidação da Avaliação e atingimento da maturidade dos processos. - Interesse e motivação por parte dos membros da CPA. - Boa adesão dos públicos Docente e Técnico Administrativo. - Cerca de 60% responderam aos questionários de auto-avaliação. - 50% responderam que a CPA realiza a sensibilização com materiais didático/explicativo
AÇÕES CORRETIVAS	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilização envolvendo o maior número possível de discentes, tentando aumentar o interesse e a cultura pela auto avaliação. - Estimular pessoalmente através das coordenações de curso o preenchimento dos questionários eletrônicos por parte dos discentes. - Dirimir quaisquer dúvidas e sanar dificuldades que os discentes estejam enfrentando no preenchimento via sistema acadêmico. - Rever o período para resposta dos questionários.

Avaliação do EIXO 2

Desenvolvimento Institucional - A missão e o plano de desenvolvimento institucional. A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Fato(s) a destacar: Cresceu o conhecimento e aprovação da comunidade acadêmica a respeito das atividades voltadas para a comunidade. Notadamente nas atuações da Clínica Escola de Saúde, Núcleo de Atendimento Jurídico, Palestras/seminários e realização do DIA NO CAMPUS.

Colocação dos eventos de Responsabilidade Social no site da IES.

FRAGILIDADES	- Produção científica, apesar da instituição se encontrar desobrigada, por ser Faculdade e não Universidade.
POTENCIALIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Os formulários respondidos pela comunidade atendida na IES revelam índices altíssimos de satisfação com os serviços prestados em torno de 52%, estrutura física, em torno de 55% e atenção recebida. - A comunidade demonstra muita satisfação e reconhece a importância da atuação da IES neste campo. - Crescimento do interesse da Comunidade Civil com o DIA NO CAMPUS. - Disponibilidade do Regimento Interno na página da IES (virtual). - Relatórios das avaliações externas avaliam de forma muito positiva as ações de responsabilidade social realizada pela IES. - Relatórios das avaliações externas avaliam de forma muito positiva o PDI e sua real implementação no dia a dia da IES. - Excelência nas ações de responsabilidade social praticadas efetivamente pela IES prestando serviços à população por meio do corpo docente e discente. - Colocação das atividades de Responsabilidade Social no site institucional. - A maioria dos entrevistados afirma ter bons conhecimentos acerca da Missão e Objetivos Institucionais. - Aumento do número de Projetos de extensão da IES.

AÇÕES CORRETIVAS	- Inserir nos cursos a cultura da iniciação à pesquisa, onde for possível.
-------------------------	--

Avaliação do EIXO 3

<p>Políticas Acadêmicas - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades. A comunicação com a sociedade. Políticas de atendimento ao estudante.</p> <p>Fato(s) a destacar: A monitoria da faculdade é realizada e sua compensação em horas de Atividade Complementares e não de Bolsas de estudos.</p>	
FRAGILIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Reclamações quanto à qualidade das aulas semipresenciais. - Houve reclamações em função da monitoria, que não mais recompensa com bolsa desconto, mas com horas de Atividades Complementares - Reclamações sobre as aulas dos docentes serem mais dinâmicas e atraentes
POTENCIALIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Palestras e workshops são constantes. - Acompanhamento Psicopedagógico para o aluno com dificuldade de aprendizagem através do NAPP. - Canais de comunicação com alunos e professores são bem avaliados. - Satisfação de Discentes e docentes com a coordenação de seu curso - Mais da Metade dos que responderam os questionários, concordaram que os professores dominam os conteúdos ministrados. - Disciplinas atualizadas em relação à área de atuação ao mercado de trabalho; - Ouvidoria em pleno funcionamento e bem avaliada pelos discentes. - ótima qualidade na comunicação interna e externa da IES com a modernização e agilidade através do site da IES e melhoria de perfil no Instagram e Facebook e reforço na utilização destes meios. - Funcionamento e resposta plena nos canais de comunicação como a ouvidoria e do fale conosco. - Divulgação dos relatórios e memória da CPA no site

	<p>institucional.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoio (PROUNI, FIES, bolsas institucionais e Programa de Bolsas) ao aluno em pleno funcionamento. - Acesso fácil à direção da Instituição e às coordenações de curso.
AÇÕES CORRETIVAS	<ul style="list-style-type: none"> - Continuar a dar mais ênfase à qualidade e menos aos valores de mensalidade nas comunicações de marketing. - Catequizar o alunado para reconhecer a função pedagógica da Monitoria, extrapolando os ganhos financeiros antes atrelados a ela. - Divulgar através dos coordenadores de curso, o que é e como funciona a Ouvidoria. - Continuar o processo de melhoria nas aulas ministradas, tornado-as mais atrativas e dinâmicas.

Avaliação do EIXO 4

<p>Políticas de Gestão - As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho. Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.</p> <p>Fato(s) a destacar: De modo geral as avaliações foram bastante positivas no que tange ao atendimento ao aluno e professor.</p>	
FRAGILIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Pouco incentivo salarial e de benefícios como o tíquete alimentação e planos de saúde e odontológico persistem. - Poucas oportunidades de bolsas para o corpo técnico administrativo.
POTENCIALIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Grande maioria (discentes e docentes) concorda que os recursos humanos são suficientes para atender à demanda. - Clima organizacional positivo apontado como fator preponderante de satisfação no ambiente de trabalho pelo sétimo ano consecutivo. - Boa qualidade no atendimento nos setores administrativos da IES. - Coordenação atuante e acessível, tanto para alunos quanto professores. - CPA atuante e em sintonia com o corpo diretivo.

	<ul style="list-style-type: none"> - A mantenedora tem total condição de sustentabilidade financeira em função do balanço positivo do grupo de mantidas. - Aumento no número e qualidade dos treinamentos aos técnico-administrativos.
AÇÕES CORRETIVAS	<ul style="list-style-type: none"> - Requerer junto à mantenedora concessão de bolsas para aperfeiçoamento em maior número do vem sendo feito. - Adoção de novas estratégias de marketing e abertura de novos cursos que tenham maior demanda por parte do mercado.

Avaliação do EIXO 5

<p>Infraestrutura - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recurso de informação e comunicação.</p> <p>Fato(s) a destacar: De modo geral, as notas para a estrutura física são positivas. A acessibilidade foi melhorada sob todos os aspectos e o Campus conta com um projeto para ampliação em 2.700m²</p>	
FRAGILIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria na estrutura física na Unidade Rua Dom Bosco - Melhoria na Clínica de saúde da IES; - Falta de local destinado ao descanso dos técnico-administrativos em seu intervalo
POTENCIALIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Instalações físicas em geral muito bem avaliadas, por parte dos discentes, docentes e avaliadores externos. - Biblioteca com capacidade de atendimento ao número de alunos da instituição, muito bem avaliada por alunos, professores e avaliadores externos. - Grande número de títulos no acervo das bibliotecas digitais. - Salas de aulas suficientes para o desenvolvimento das atividades acadêmicas. - Acessibilidade TOTAL no Campus para os portadores de necessidades especiais. - Laboratórios avaliados positivamente por alunos, professores e avaliadores externos.
AÇÕES CORRETIVAS	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar entre coordenadores e alunos como acessar as bibliotecas virtuais. - Estimular professores a fazer uso dos título disponibilizados on-line. - Melhorar de forma emergencial a Unidade localizada na Rua Dom Bosco - Divulgar de maneira mais evidente entre o corpo docente o sistema de reserva antecipada de equipamentos para que não haja mais observações quanto à quantidade de data shows;

	- Insistir junto à mantenedora por uma solução que proporcione vestiário para os funcionários.
--	--

2. CONCLUSÃO

As atividades desenvolvidas pela Comissão Própria de Avaliação - CPA estão de acordo com o que determina a legislação. Ressalta-se que a CPA, não está somente ativa durante o processo de autoavaliação, uma vez que ela trabalha de forma permanente. Esse formato facilita a interação com os discentes, docentes e corpo técnico administrativo, que têm sempre um canal aberto à comunicação, de forma a facilitar e propiciar as contribuições, por exemplo, de estratégias de divulgação e captação novos alunos da Graduação. Isso demonstra que a CPA tem um papel importante na busca permanente de melhoria da Instituição. O Plano de Melhorias apresentado à Direção é sempre discutido e analisado em reuniões, à luz do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, e executado a partir das estratégias definidas entre a Gestão e a CPA. O processo de autoavaliação tem contribuído de forma direta e eficaz para a melhoria dos serviços prestados pela Instituição. Dessa forma, a Comissão de Própria de Avaliação – CPA desempenha um papel fundamental à medida que concentra seus esforços na identificação e proposição de melhoria dos pontos fracos, assim como, na identificação e intensificação dos pontos fortes, objetivando o cumprimento da Missão institucional.